



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Demonstrações Contábeis Societárias

31 de dezembro de 2021
com Relatório dos Auditores Independentes



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Demonstrações Contábeis Societárias

31 de dezembro de 2021

Índice

Demonstrações contábeis societárias

Relatório da Administração.....	3
Balanço patrimonial.....	28
Demonstração dos resultados.....	30
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	31
Demonstração dos fluxos de caixa.....	32
Demonstração do valor adicionado.....	33
Notas explicativas às demonstrações contábeis societárias.....	34
Relatório dos auditores independentes.....	83



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO – 2021

1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 – SENHORES QUOTISTAS

A Administração da DCELT DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA, tem a satisfação de submeter à apreciação de todos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com a Legislação Societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados das notas explicativas e do Relatório elaborado pelos Auditores Independentes. Estes demonstrativos refletem as atividades e operações da DCELT, assim como a situação patrimonial, financeira, capacidade técnica e administrativa, expondo o valor de seu acervo bem como do quadro de pessoal, até o presente exercício social.

O ano de 2021 continuou a ser um desafio e um sucesso para a DCELT, pois, apesar da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19), pandemia esta que ceifou vidas em todo nosso País, trabalhamos incansavelmente para que a energia chegasse com segurança à casa, comércio e indústria de cada consumidor de nossa área de concessão.

Para isso, readequamos todos os protocolos de segurança e em especial os novos contra a COVID_19, protegendo tanto a equipe interna da DCELT quanto todos os nossos clientes. Além disso, reorganizamos e implantamos novos canais de comunicação digital para o melhor atendimento virtual, tão necessário para o cumprimento das normativas de distanciamento social.

Nossos colaboradores assimilaram de imediato a necessidade da implementação dos protocolos de segurança contra a COVID-19, e não tivemos nenhuma gravidade de COVID-19 com nossos colaboradores.

A dedicação de cada um foi e é importante neste momento triste vivido em todo País e continuamos no trabalho dedicado para levar energia com qualidade e segurança.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

1.2 – SISTEMA DA GARANTIA DA QUALIDADE

No ano de 2021 a DCELT manteve sua política da qualidade e aprimoramento da mesma, buscando sempre o apoio e valorizando as sugestões dos seus colaboradores, tendo como prioridade sua divulgação e a satisfação de seus clientes.

Periodicamente são feitas auditorias para análise dos nossos processos e orientação para que as rotinas estejam de acordo com o Sistema de Garantia da Qualidade, legislação da ANEEL, fiscal, e de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

É através do esforço, dedicação e rapidez no atendimento aos nossos consumidores, que conseguimos alcançar êxito.

1.2.1 – DAS CONCESSÕES

Em 28 de junho de 1999 a Hidrelétrica Xanxerê Ltda, hoje DCELT DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA, assinou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Nº 50/99, que regulamenta a exploração dos Serviços de Distribuição de Energia Elétrica. A referida Concessão e o Contrato tiveram seu prazo de vigência prorrogado até 07 de julho de 2045, e poderia ser prorrogado, desde que solicitado com antecedência de 36 meses, o que foi efetivado, formalmente, em 05 de julho de 2012.

Após a solicitação, o Poder Concedente deveria manifestar-se, entretanto não o fez. Expirada a vigência do contrato de concessão nº 050/1999, em 07 de julho de 2015, permanecemos todo o segundo semestre do mesmo ano, na incerteza ou não da sua prorrogação. Obviamente este fato, acarretou apreensões, postergação de decisões importantes sobre investimentos, e, tomada imperiosas de determinadas providências. Somente, em 15 de dezembro de 2015 assinamos o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 050/1999, prorrogando a vigência até 07 de julho de 2045.

1.2.2 – CONTROLADORIA

A Controladoria é de suma importância na gestão e nas tomadas de decisões, cujo o principal objetivo é garantir a qualidade e continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Tanto o OPEX (*Operational Expenditure* - Despesas Operacionais) quanto o CAPEX (*Capital Expenditure* - Despesas de capital ou investimentos) de uma empresa distribuidora de energia elétrica são regulados e acompanhados pelo órgão regulador que é a ANEEL, o que traz grandes desafios para os gestores no momento de formularem as estratégias arrojadas de negócios e elaborarem os acompanhamentos dos resultados. Essa gestão eficiente vai refletir, também, no processo de revisão tarifária da concessionária, onde a empresa pode conseguir remuneração de seus investimentos.

1.3 – TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

A partir do dia 29 de agosto de 2021 a 28 de agosto de 2022, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2928 de 24 de agosto de 2021, a ANEEL homologou a Revisão Tarifária da DCELT, em que as tarifas foram reajustadas pelo índice de reajuste tarifário anual médio de 6,95% (seis virgula noventa e cinco por cento).

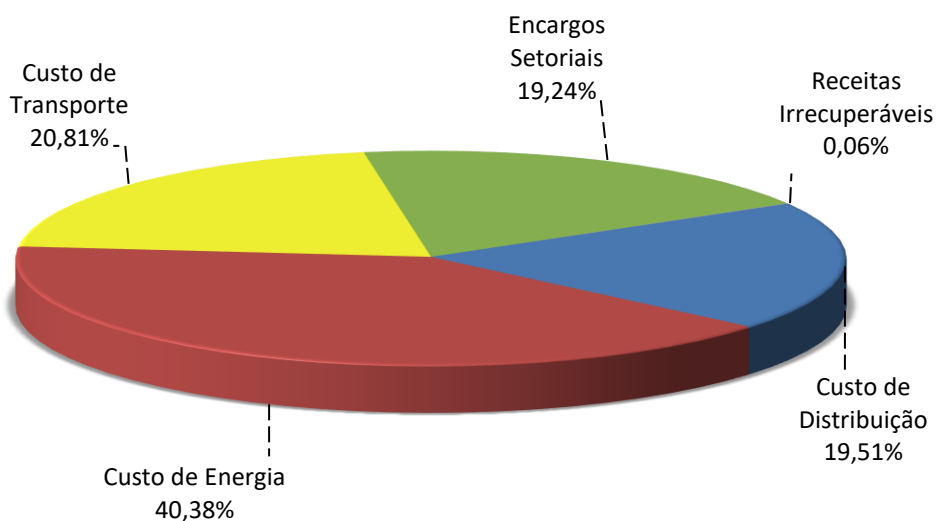
Grupo de Consumo	Varição Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	4,78%
BT- Baixa Tensão (<2,3kV)	8,10%
Efeito Médio AT+BT	6,95%

O efeito médio nas tarifas de 6,95% decorre: 1 - do reposicionamento dos itens de custos de Parcela A e B, que contribui para o efeito médio em 4,51%, ao se ter como base de comparação os custos de Parcela A e B atualmente contidos nas tarifas; 2 - da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual processo tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, com efeito de 0,44%; e 3 - da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário, que vigoraram até a data da revisão, que contribuíram para a um efeito de 2,00% no atual processo tarifário da DCELT.

A DCELT solicitou a inclusão do componente financeiro associado a recuperação de créditos de PIS/COFINS, na ordem de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), mesmo não estando estes no momento da Revisão habilitados junto à Receita Federal, o que veio a proporcionar uma redução significativa na tarifa a ser aplicada a seus consumidores.

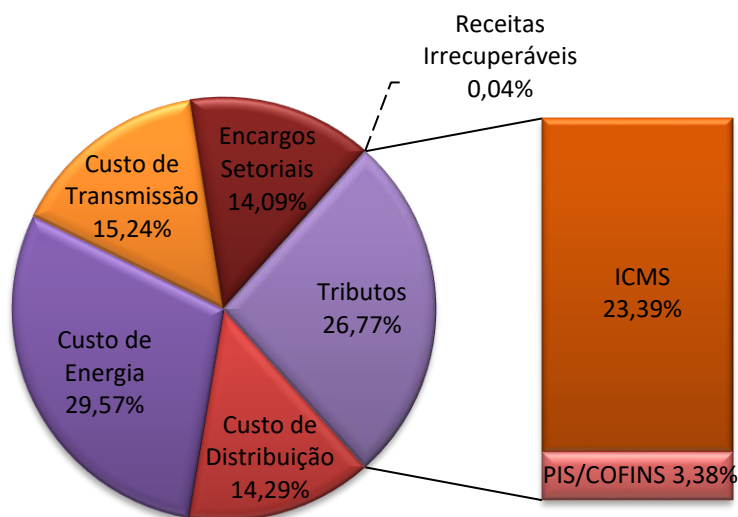
1.3.1 – COMPOSIÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA

Abaixo demonstramos a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da nova Receita Anual da concessionária.



40,38 %	Custos de Aquisição de Energia
20,81 %	Custo de Transmissão/Transporte de Energia
19,51 %	Custo de Distribuição/Parcela B - É gasto com pagamento dos salários, encargos sociais, manutenção de redes e subestação de distribuição, investimentos em novas redes de distribuição, novas tecnologias, pesquisa e desenvolvimento, eficiência energética, infra-estrutura, programas sociais, treinamentos, pagamentos de impostos e remuneração dos investimentos.
19,24 %	Encargos Setoriais
0,06%	Receitas Irrecuperáveis

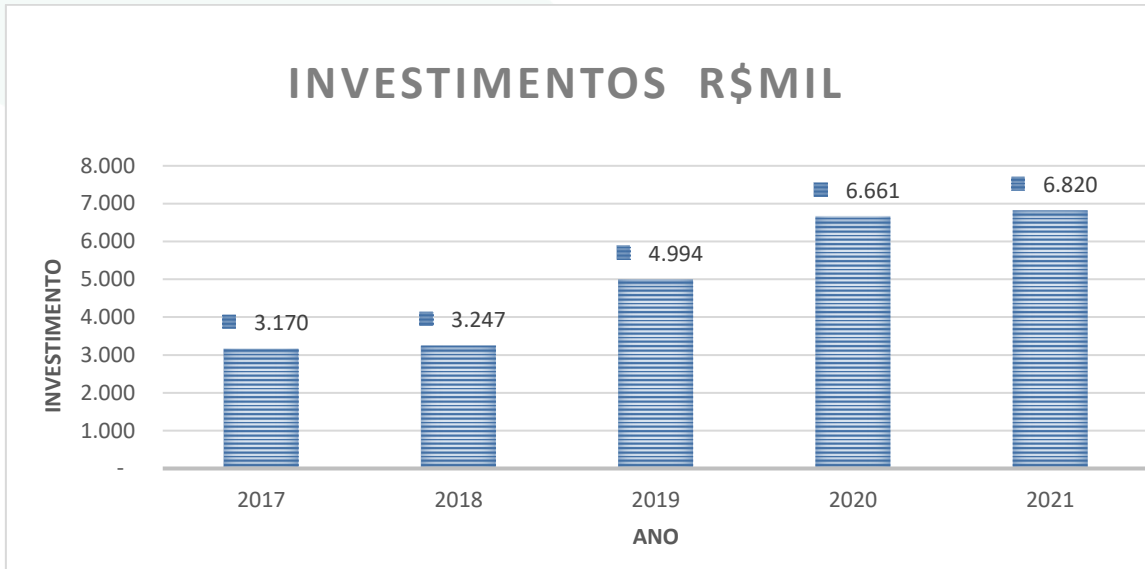
A seguir ilustramos a participação de cada segmento na composição da receita da distribuidora com os tributos destacados separadamente.



1.4 – OBRAS NO SISTEMA ELÉTRICO

No ano de 2021, a DCELT executou as obras de maior prioridade, atendendo as solicitações do mercado bem como os trabalhos de manutenção preventiva do sistema elétrico. A DCELT executou seu programa de obras atendendo plenamente as solicitações do mercado de energia elétrica, realizando investimentos de R\$ 6.819.838,76 (seis milhões oitocentos e dezenove mil oitocentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos) proporcionando um fornecimento de energia elétrica em condições técnicas excelentes com elevados padrões de qualidade, confiabilidade e segurança, nos municípios de sua área de concessão.

INVESTIMENTO		VALOR
Linhas e Redes	R\$:	4.756.361,20
Medidores	R\$:	1.964.909,48
Tecnologia/Informação/Comunicação	R\$:	19.231,23
Painéis de Medição	R\$:	29.860,00
Outros	R\$:	49.476,85
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	R\$:	6.819.838,76



1.5 – BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

A seguir demonstramos tabela que resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como o resultado do cálculo da remuneração do capital e da quota de Reintegração, aprovados pela Nota Técnica nº 199/2021-SGT/ANEEL de 23/08/2021:

Descrição	
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	105.412.345
(2) Índice de Aproveitamento Integral	85.940
(3) Obrigações Especiais Bruta	50.123.796
(4) Bens Totalmente Depreciados	13.144.512
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	42.058.097
(6) Depreciação Acumulada	48.330.490
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	57.081.854
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	37.430
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	57.044.424
(10) Almojarifado em Operação	684.368
(12) Obrigações Especiais Líquida	35.493.557
(13) Terrenos e Servidões	3.427.815
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)	25.663.049
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	25.663.049
(16) WACC antes de impostos	10,64%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	2.729.377
(18) Base Obrigações Especiais	50.123.796
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	2,57%
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	1.285.836
(24) Remuneração do Capital = (17)+(20)+(23)	4.015.213
(25) Taxa de Depreciação	4,14%
(29) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (25)	1.741.205

As Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia elétrica (Obrigações Especiais), estão apresentadas como redução do ativo imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001. Representam os valores da União, Estados e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para a concessão de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

1.6 – DISTRIBUIÇÃO, LINHAS E REDES:

A posição no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em 2021 é a seguinte:

<u>MATERIAIS</u>	<u>ÁREA URBANA</u>	<u>ÁREA RURAL</u>	<u>TOTAL</u>
Postes (unidades)	14.123	17.183	31.306
Extensão RD (Km)	522,55	1.554,40	2.076,95
Trafos (Potência) Kva	72.615	56.070	128.685
Quantidade de Trafos	854	2.425	3.279

1.7 EQUIPAMENTOS DE REDE

No ano de 2021 foram efetivados muitos investimentos, mas vale destacar as aquisições abaixo:

- a) adquirido e instalado 1 religador, totalizando 33 religadores instalados na rede, o que proporciona a melhoria na qualidade do serviço e nos índices de continuidade agilizando o monitoramento da rede e agilizando a retomada de forma automatizada na maioria das situações de quedas de energia instantâneas;
- b) Instalados 68.218m de cabos;
- c) Instalados 312 transformadores de distribuição;
- d) Instalados 1.029 postes;
- e) Instalados 3.888 medidores;
- f) Instalador 06 painéis de medição;
- g) Instalados 02 reguladores de tensão.

Estes equipamentos proporcionaram manter o sistema elétrico com excelência em qualidade técnica e, enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas exigências do mercado de energia elétrica na área de concessão da DCELT.

2 – DIRETRIZES

- ✓ Aprimorar a prestação do serviço público de energia elétrica em quantidade e qualidade requeridas pelo mercado.

- ✓ Promover o desenvolvimento e progresso dos municípios de sua área de concessão.
- ✓ Promover a constante valorização dos recursos humanos.
- ✓ Capacitar a DCELT para enfrentar as dificuldades provenientes da escassez de energia elétrica prevista para os próximos anos.
- ✓ Participar ativamente da sociedade, estreitando os laços de parceria e atenção junto a comunidade.

3 - QUALIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA

O índice F E C - Frequência de Interrupção por Consumidor - exprime o número de interrupções que, em média, ocorreram em cada unidade consumidora durante o ano.

O índice D E C - Duração de Interrupções por Consumidor - exprime o espaço de tempo (horas) que, em média, cada unidade consumidora ficou sem energia elétrica durante o ano.

O índice TMA - Tempo Médio de Atendimento de Ocorrências = TMA que afere o tempo médio despendido para restabelecer o fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

O índice DGC - Desempenho Global de Continuidade, permite avaliar o nível de continuidade do serviço prestado pela distribuidora em relação aos limites estabelecidos para sua área de concessão.

Indicadores	<u>ANEEL</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>DEC</u>	11	10	6,34	7,5	7,21	11,12
<u>FEC</u>	10	6,89	5,26	5,53	6,14	9,38
<u>TMA</u>		188	143	118	127	131
<u>DGC</u>		0,88	0,55	0,62	0,63	0,97



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Observa-se que a DCELT, em 2021, cumpriu os os limites estabelecidos com margem significativa. Isso foi fruto do investimento e da estratégia e inteligência da equipe técnica e administrativa da empresa.

Em 2021 o Centro de Teleatendimento - CTA, da DCELT, proporcionou atendimento ao consumidor durante as 24 horas do dia, manteve um bom desempenho registrando 41.048 atendimentos (informações, reclamações e serviços).

A DCELT possui o COD – Centro de Operação da Distribuição, este Centro comanda e supervisiona todas as operações da distribuição da área de concessão, especialmente nas manutenções de emergências, o que culminou em uma grande redução no tempo de correção de defeitos e ainda com maior qualidade e segurança.

Destacamos que a DCELT alcançou um fornecimento de energia elétrica com qualidade e segurança, devido aos investimentos efetuados no ano de 2021, e a busca constante da qualidade de atendimento.

Em continuidade ao aperfeiçoamento do Centro de Operação da Distribuição – COD a DCELT conta com o sistema MIG da empresa USEALL. O MIG é um sistema desenvolvido para suportar todos os processos de redes de distribuição de energia elétrica incluindo o planejamento, projeto, construção e operação e vem dando uma nova dimensão ao atendimento técnico com as seguintes funções principais:

- Determinação do provável ponto de defeito ou falha na rede elétrica.
- Call Center Técnico.
- Visualização das áreas sem energia no sistema elétrico.
- Localização automática dos consumidores com imediata visualização. DEC/FEC – índices, de qualidade e confiabilidade.
- Cálculos elétricos da rede primária.
- Integração com o Sistema de Controle Patrimonial, visando o perfeito controle e apresentação do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

3.1 – SISTEMA INTERLIGADO

A DCELT recebe a energia elétrica gerada pelo sistema interligado, estando conectada eletricamente aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, formando a Região Sul. No Estado de Santa Catarina o município de Xanxerê é privilegiado, pois é onde se localiza um dos mais fortes pontos de conexão entre o sistema de distribuição com o sistema de transmissão interligado. A maior parte da energia elétrica fornecida para a região Oeste de Santa Catarina é transmitida a partir de Xanxerê.

3.2 – MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.2.1 – COMBATE AS IRREGULARIDADES NA MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Sempre mantendo o foco no combate as irregularidades, em 2021, foram encontradas 03 ocorrências que representaram furto de energia.

Todas as formalidades foram efetivadas pelas equipes Comercial e Jurídica.

3.2.2 – AFERIÇÃO DE MEDIDORES

Em 2021 foram aferidos 1.512 Medidores de Energia Elétrica, buscando o acompanhamento e monitoramento das medições efetuadas na área de concessão da DCELT.

3.2.3 – VISTORIAS DE UNIDADES CONSUMIDORAS

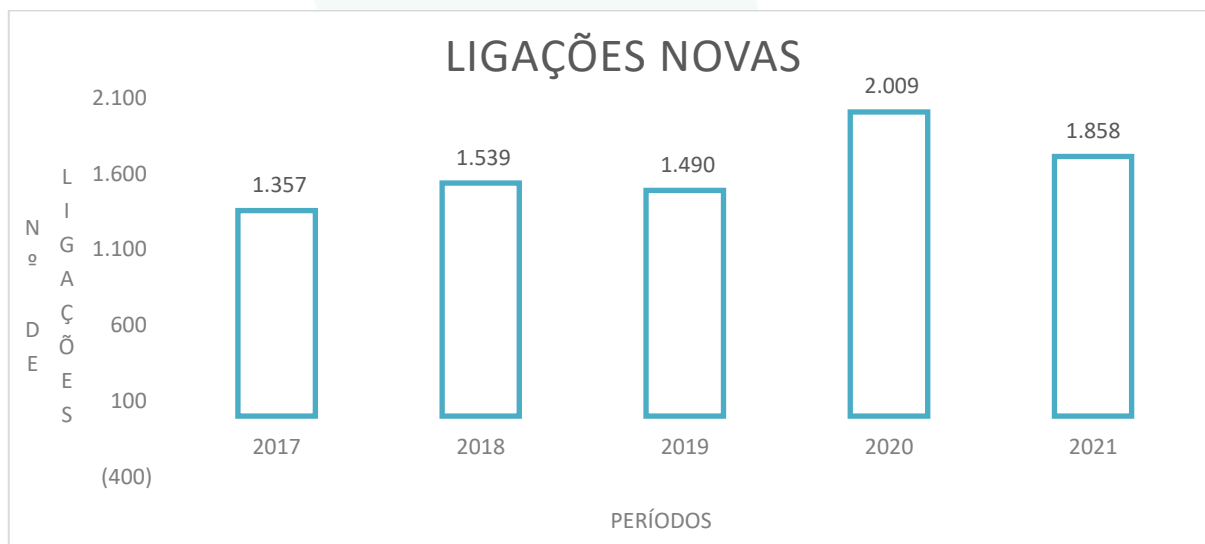
Em 2021 foram vistoriadas 2.566 unidades consumidoras, sendo ligações novas, reformas, alteração de fases e também unidades consumidoras já energizadas.

3.2.4 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

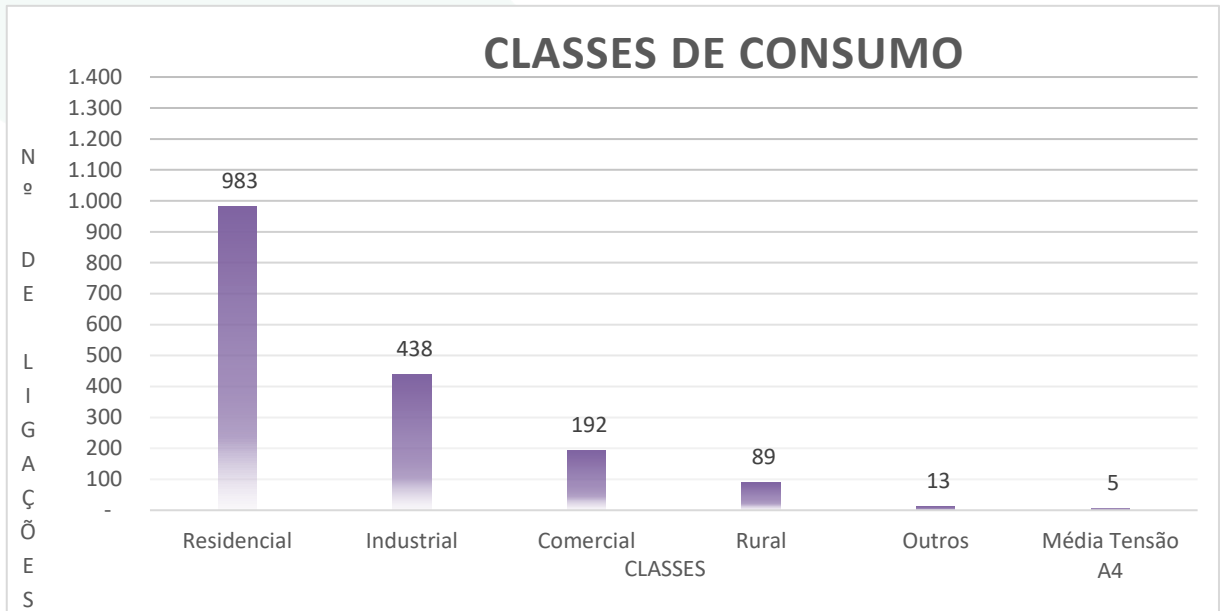
No ano de 2021 foram adquiridos 2.102 medidores, sendo que estes materiais proporcionaram manter o sistema elétrico com boa qualidade técnica e, enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas exigências do mercado de energia elétrica na área de concessão da DCELT.

3.2.5 – LIGAÇÕES NOVAS

A DCELT, durante o ano de 2021, energizou 983 unidades consumidoras na classe residencial, 438 unidades na classe industrial, 192 unidades na classe comercial, 89 unidades da classe rural, 11 unidades na classe poder público, 02 ligações na classe serviço público e não foram energizadas unidades consumidoras na classe consumo próprio, totalizando 1.715 ligações novas no grupo baixa tensão. Foram energizadas também 05 unidades consumidoras na classe Média Tensão. Das Unidades Consumidoras desligadas no período 138 foram religadas. Sendo assim, em 2021 foram energizadas 1.858 unidades consumidoras.

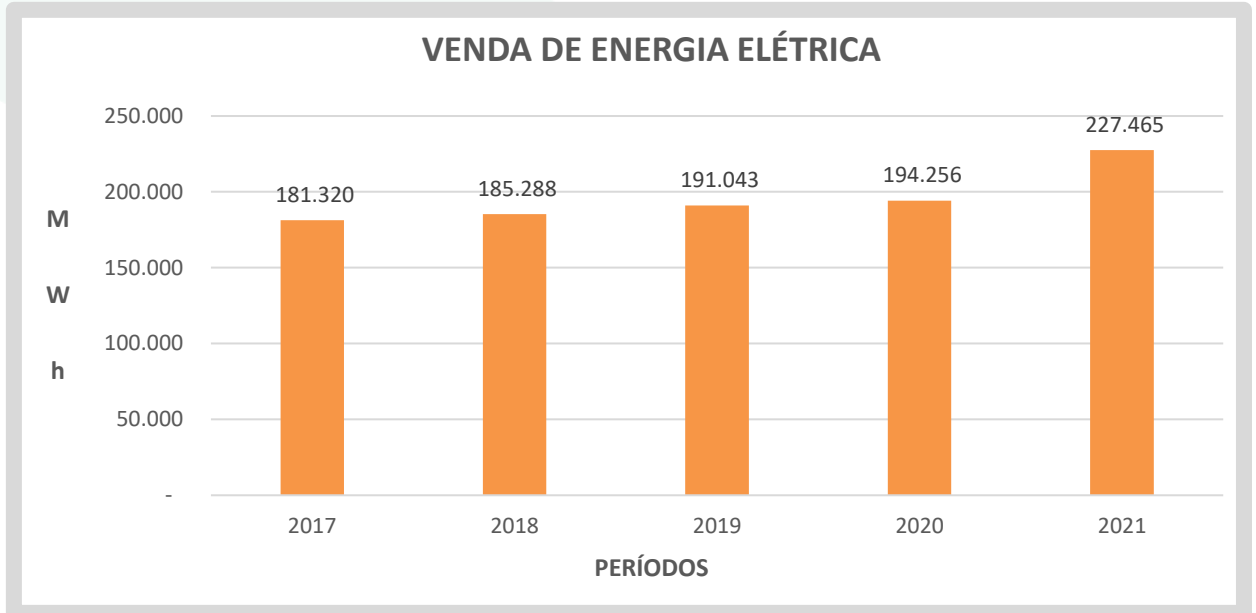


As ligações novas efetuadas no ano de 2021 estão distribuídas em todas as classes com o seguinte perfil:

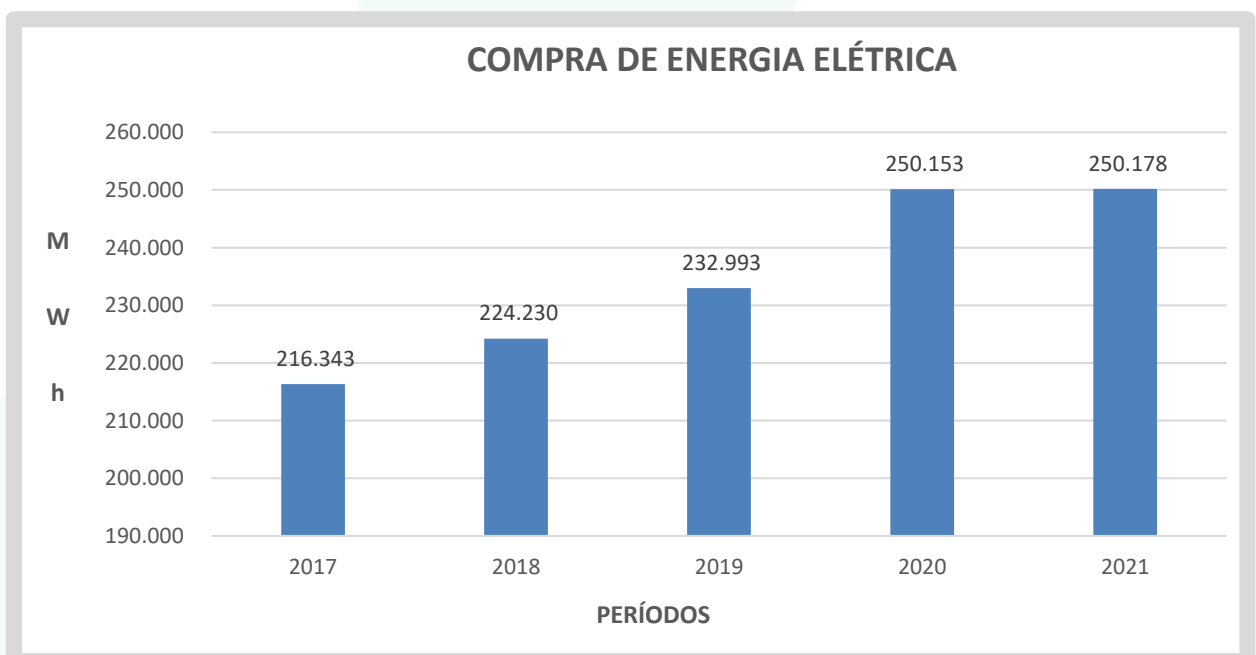


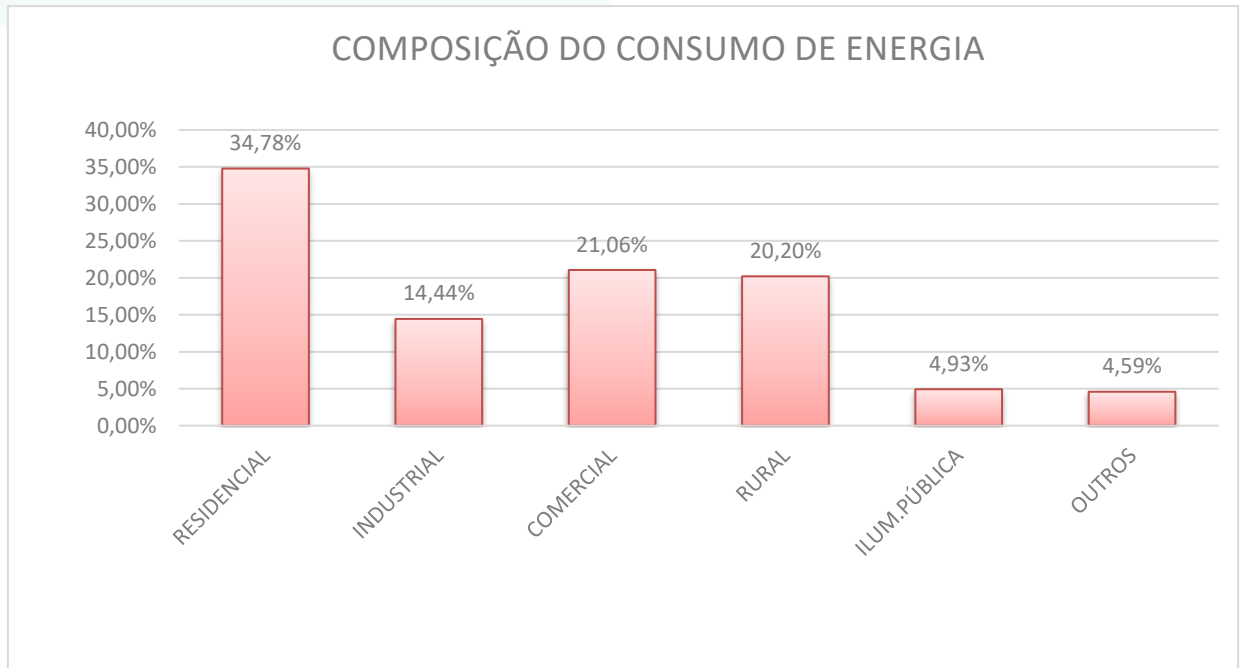
4 - MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

A DCELT manteve, em 2021, a qualidade dos serviços realizando diversos investimentos em seu Sistema Elétrico. Teve aumento significativo de 17% (dezessete por cento) no seu mercado de energia frente ao crescimento do Brasil na ordem 4,10% (quatro virgula dez por cento), segundo apontamento da CCEE – Camara de Comercialização de Energia Elétrica. Isto, apesar da migração de consumidores para o Mercado Livre, bem como o aumento de consumidores com Mimi e Microgeração. Salientamos que a venda da Energia Elétrica caracteriza-se pela Parcela A, não impactando o volume de energia no resultado econômico-financeiro da empresa distribuidora.

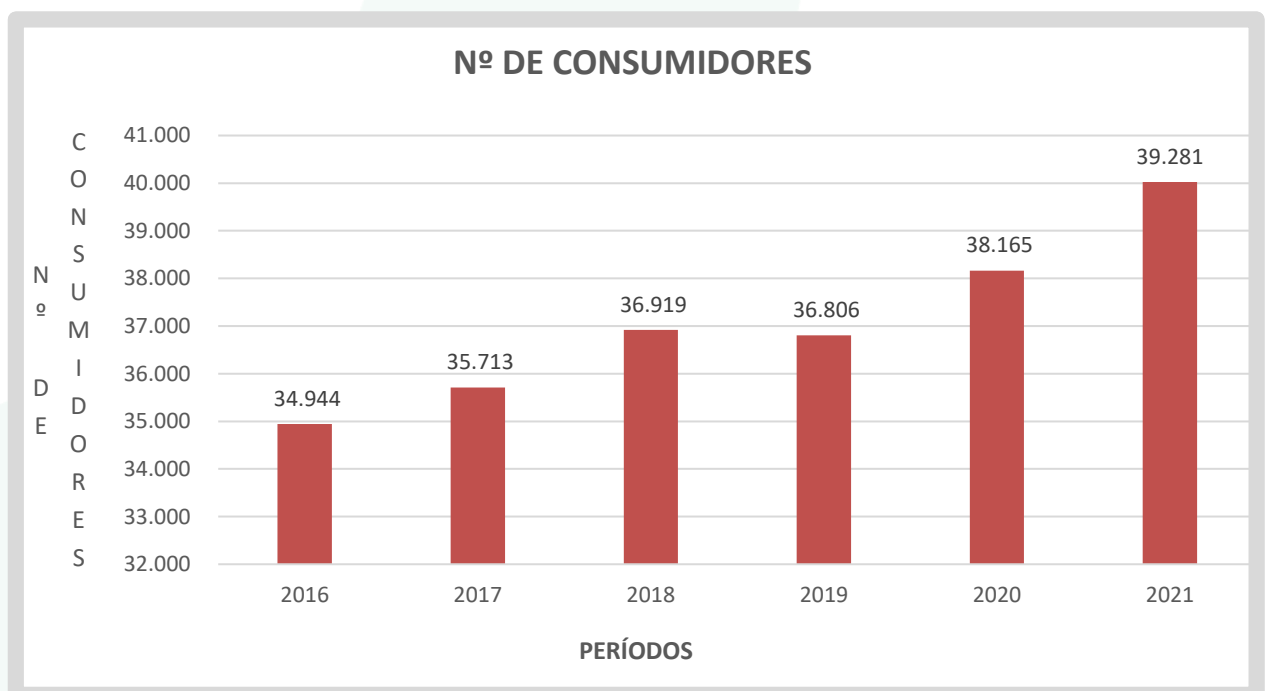


No gráfico abaixo demonstramos a Compra de Energia Elétrica e com isso podemos observar o impacto do GD (geração distribuída), PCH/CGH (pequenas centrais hidrelétricas) na área de concessão da DCELT, bem como os consumidores do mercado livre. No ano de 2021 a compra manteve-se praticamente inalterada em relação ao ano de 2020.

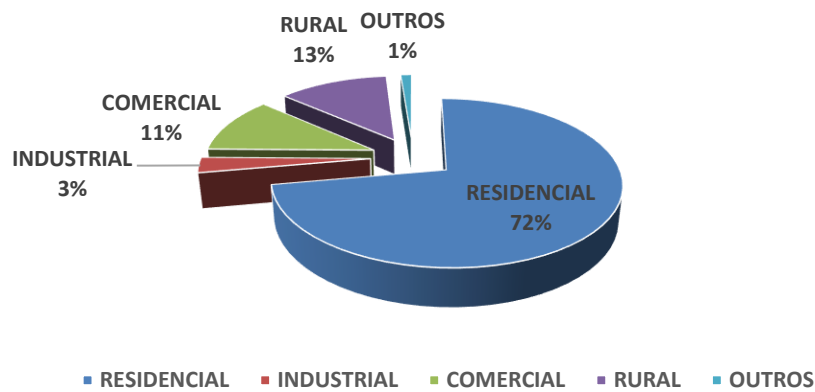




Foram incorporados ao mercado 1.858 consumidores, sendo 1.720 novos e 138 religados, e a solicitação de 742 desligamentos, totalizando no final do ano 39.281 Unidades Consumidoras, com isso registrando um crescimento líquido de 1.116.



COMPOSIÇÃO DOS CONSUMIDORES



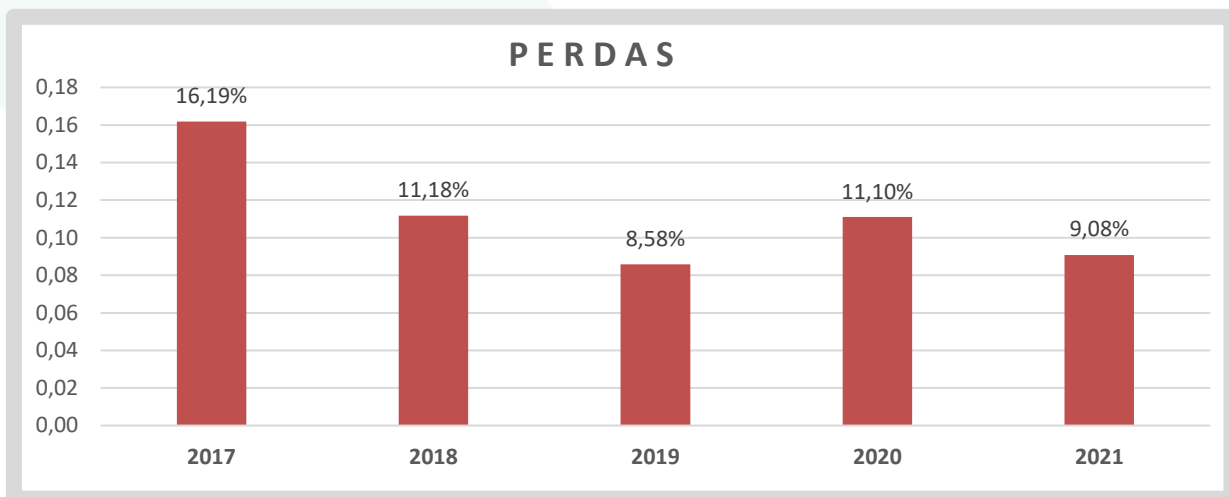
Nota-se que apesar de 72% dos consumidores serem de classe residencial, apenas 34,78% e o consumo desta classe, ao contrário do industrial que consome aproximadamente 05 (cinco) vezes mais o seu percentual, sendo 3% a representatividade em unidades e 15% a representatividade em consumo. Nesta mesma análise a classe comercial perfaz o dobro de consumo frente as unidades.

Notamos abaixo o reflexo dos investimentos em rede feito no últimos anos. As perdas vem numa constância de redução continua. As perdas de energia elétrica, definida pela diferença entre a energia requerida e a energia vendida, foram de 22.713 MWh no ano de 2021, representando um percentual de 9,08%.



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica



4.1 - DADOS GERAIS DO CONSUMO

A DCELT atende aos municípios de Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios e Bom Jesus, e parte de Cordilheira Alta, Abelardo Luz e Ipuaçú (Parte conforme Resolução ANEEL 88/1999), totalizando a área de 1.252 km², com uma população estimada de 103.200 habitantes.

ENERGIA ELÉTRICA TOTAL										
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
KWh/Habitante	2.691	2.466	2.573	2.599	2.370	2.266	2.316	2.388	2.428	2.435
KWh/Consumidor	6.645	5.960	6.221	6.049	5.427	5.077	5.019	5.103	5.002	4.867

Observamos a redução do KWH/consumidor nos últimos 10 anos. Fruto da melhoria de tecnologias que reduzem os consumos dos equipamentos elétricos e eletrônicos.

4.2 - RECURSOS HUMANOS

Em dezembro de 2021 constavam 94 (noventa e quatro) empregados registrados na DCELT. Vale ressaltar que em durante o ultimo bimestre de 2021 a DCELT promoveu uma renovação dos seus funcionários já aposentados com contratação programada para o primeiro trimestre de 2022, além de terceirizar alguns serviços para o planejamento de 2022.

A seguir, apresentamos os índices de Consumidor e Consumo, por Empregado.

ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<u>Nº EMPREGADOS</u>	107	113	115	123	117	116	114	113	108	94
<u>VARIAÇÃO</u>	2,80%	5,61%	1,77%	6,50%	-4,88%	-0,86%	-0,98%	-0,88%	-4,42%	-12,96%
<u>Nº Consumidores /Empregado</u>	303	222	292	279	299	308	324	333	360	426
<u>MWh/Empregado</u>	2.284	1.176	1.016	1.690	1.621	1.563	1.625	1.691	1.799	2.420

5 – INADIMPLÊNCIA

Registramos, face a conjuntura política/financeira que atravessa o País, a continuação de considerável nível de INADIMPLÊNCIA no patamar de mais de 3,0 (tres) milhões de reais registrados em 31 de dezembro de 2021.

A DCELT nos anos de 2020 e 2021 devido a PANDEMIA do COVID-19 trabalhou em conjunto com as orientações da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, protegendo os mais necessitados de baixa renda não efetivando cortes de energia.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
Valores Expressos em Reais

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

<u>ATIVO</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	8.577.886,53	7.150.280,35
Contas a Receber de Clientes.....	24.636.662,19	14.382.489,83
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	228.719,85	33.247,99
Estoques.....	864.385,48	772.254,07
Serviços Pedidos em Curso.....	64.048,89	60.891,50
Adiantamento a Fornecedores.....	392.491,06	233.908,30
Exposição Involuntária.....	1.844.628,78	1.274.893,20
Alienação de bens e direitos.....	308.106,96	894.290,08
Ativos Financeiros Setoriais.....	24.495.082,74	2.799.340,65
Outros Créditos a Receber.....	124.333,84	126.051,19
	<u>61.536.346,32</u>	<u>27.727.647,16</u>
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		
Realizável a Longo Prazo		
Depósitos Judiciais.....	35.550.179,38	34.305.347,56
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	29.388,82	53.094,56
Imposto de Renda e Contrib.Social Difer....	2.218.363,33	1.876.901,89
Ativos Financeiros Setoriais.....	13.549.100,96	-
Ativo Financeiro da Concessão.....	4.005.719,82	3.346.320,30
Intangível.....	25.148.623,00	22.919.174,66
	<u>80.501.375,31</u>	<u>62.500.838,97</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>142.037.721,63</u>	<u>90.228.486,13</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

<u>PASSIVO</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>CIRCULANTE</u>		
Fornecedores.....	15.364.068,59	14.738.630,95
Empréstimos e Financiamentos.....	247.953,97	247.708,91
Folha de Pagamento.....	565.783,10	544.686,29
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher..	18.706.674,04	8.693.202,00
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio.....	117.357,14	86.260,57
Obrigações Estimadas.....	2.356.695,51	2.028.116,32
Encargos do Consumidor.....	9.538.545,01	6.076.248,38
Passivos Financeiros Setoriais.....	21.993.422,58	2.406.012,74
Outras Contas a Pagar.....	2.366.437,54	875.889,52
	<u>71.256.937,48</u>	<u>35.696.755,68</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Fornecedores.....	35.433.584,52	-
Empréstimos e Financiamentos.....	196.551,99	431.926,46
Provisão p/proces.Cíveis, Fiscais e Trabal..	4.188.429,79	38.841.626,46
Tributos Diferidos.....	1.361.944,69	1.137.748,89
Passivos Regulatórios (Dif.PIS/COFINS Tarifa....	14.469.576,12	-
Outras Contas a Pagar.....	24.478,80	28.044,24
	<u>55.674.565,91</u>	<u>40.439.346,05</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Capital Social.....	6.387.636,00	6.387.636,00
Reservas de Lucros.....	457.263,95	457.263,95
Reservas de Reavaliação Patrimonial.....	1.286.575,36	1.286.575,36
Recursos Destinados a Aumento de Capital.	-	228.055,60
Lucros (Prejuízos) Acumulados.....	6.974.742,93	5.732.853,49
	<u>15.106.218,24</u>	<u>14.092.384,40</u>
TOTAL DO PASSIVO.....	142.037.721,63	90.228.486,13



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

CONCILIAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO E INTANGÍVEL SOCIETÁRIO COM O ATIVO
IMOBILIZADO REGULATÓRIO – ICPC 01 E OCPC 05

	<u>2021</u> <u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2021</u> <u>Regulatório</u>
CIRCULANTE			
Caixa Equivalentes Caixa.....	8.577.886,53	-	8.577.886,53
Contas a Receber Clientes..	24.636.662,19	-	24.636.662,19
Impostos/Contr. Recuperar	228.719,85	-	228.719,85
Estoques.....	864.385,48	-	864.385,48
Serviços Pedid. em Curso.....	64.048,89	-	64.048,89
Adiant. a Fornecedores.....	392.491,06	-	392.491,06
Exposição Involuntária.....	1.844.628,78	-	1.844.628,78
Alienação bens e direitos.....	308.106,96	-	308.106,96
Ativos Financeiros Setoriais..	24.495.082,74	-	24.495.082,74
Outros Créditos a Receber...	124.333,84	-	124.333,84
	61.536.346,32	-	61.536.346,32
NÃO-CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais.....	35.550.179,38	-	35.550.179,38
Impostos/Contr. Recuperar	29.388,82	-	29.388,82
I.R. e C. Social Diferidos.....	2.218.363,33	-	2.218.363,33
Ativos Financeiros Setoriais	13.549.100,96	-	13.549.100,96
Ativo Financ. da Concessão	4.005.719,82	4.005.719,82	-
IMOBILIZADO.....	-	-68.681.288,72	68.681.288,72
INTANGÍVEL.....	25.148.623,00	25.148.623,00	-
	80.501.375,31	-39.526.945,90	120.028.321,21
TOTAL DO ATIVO.....	142.037.721,63	-39.526.945,90	181.564.667,53



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

	<u>2020</u> <u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2020</u> <u>Regulatório</u>
CIRCULANTE			
Caixa Equivalentes Caixa.....	7.150.280,35	-	7.150.280,35
Contas a Receber Clientes..	14.382.489,83	-	14.382.489,83
Impostos/Contr. Recuperar	33.247,99	-	33.247,99
Estoques.....	772.254,07	-	772.254,07
Serviços Pedid. em Curso.....	60.891,50	-	60.891,50
Adiant. a Fornecedores.....	233.908,30	-	233.908,30
Exposição Involuntária.....	1.274.893,20	-	1.274.893,20
Alienação bens e direitos.....	894.290,08	-	894.290,08
Ativos Financeiros Setoriais..	2.799.340,65	-	2.799.340,65
Outros Créditos a Receber...	126.051,19	-	126.051,19
	27.727.647,16	-	27.727.647,16
NÃO-CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais.....	34.305.347,56	-	34.305.347,56
Impostos/Contr. Recuperar	53.094,56	-	53.094,56
I.R. e C. Social Diferidos.....	1.876.901,89	-	1.876.901,89
Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-
Ativo Financ. da Concessão	3.346.320,30	-3.346.320,20	-
IMOBILIZADO.....	-	51.277.215,64	51.277.215,64
INTANGÍVEL.....	22.919.174,66	-22.919.174,66	-
	62.500.838,97	25.011.720,78	87.512.559,65
TOTAL DO ATIVO.....	90.228.486,13	25.011.720,68	115.240.206,81



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

**DEMONSTRATIVO DO RESULT. DOS EXERC. FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2021 E 2020**

Valores Expressos em Reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	128.119.807,11	92.576.978,93
<u>CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS</u>		
Energia Elétrica Comprada para Revenda.....	(64.392.592,50)	(38.060.204,02)
Encargo de Uso do Sist.de Transmis. e Distrib....	(40.527.643,64)	(30.349.177,14)
Pessoal.....	(14.233.143,54)	(14.633.573,42)
Material.....	(1.081.871,03)	(1.124.496,76)
Serviço de Terceiros.....	(3.368.996,25)	(2.666.070,10)
Depreciação e Amortização.....	(1.433.557,95)	(1.398.233,56)
Aluguéis e Leasing.....	(730.738,61)	(719.501,18)
Outros.....	(2.289.733,38)	(1.958.929,09)
	<u>(128.058.276,90)</u>	<u>(90.910.185,27)</u>
 LUCRO OPERAC. ANTES DO RESULT. FINANC..	 <u>61.530,21</u>	 <u>1.675.793,66</u>
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>		
Receitas Financeiras.....	2.570.091,20	909.637,22
Despesas Financeiras.....	(1.506.997,61)	(924.019,42)
	<u>1.063.093,59</u>	<u>(14.382,20)</u>
 RESULT.OPERAC.ANTES DA C. SOCIAL E I. RENDA	 <u>1.124.623,80</u>	 <u>1.661.411,46</u>
Imposto de Renda e Contrib. Social – Corrente..	-	(799.210,07)
Imposto de Renda e Contrib. Social – Diferido....	117.265,64	(139.177,68)
	<u>117265,64</u>	<u>(938.387,75)</u>
 LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	 1.241.889,44	 723.023,71

6 – FATOS SUPERVENIENTES

Em 28 de dezembro de 2021 foi emitido o despacho nº 4.139 com a anuência prévia da negociação da venda das cotas da empresa Netherinvest, maior acionista da DCELT. Conforme regulação a transação será validada pela Aneel após a implementação, que deverá ser efetuada em até 120 dias. A documentação foi entregue e foi ratificada pela Aneel através do Despacho 919 de 04 de abril de 2022.

Em 15 de março de 2022 foi alterada a diretoria executiva, alterando o Presidente e incluindo um diretor.

Finalmente, não podemos deixar de registrar, neste relatório, o reconhecimento:

Pelo Município de Xanxerê, em março de 2022

- a) Troféu de 3º lugar na Classificação Geral Movimento Econômico no Município de Xanxerê – Ano Base 2020, exercício de 2021.

7 – PARECER DA DIRETORIA

A DCELT mantém presente o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão e a modicidade das tarifas, apresentando bom desempenho na qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Da análise geral constatamos que a DCELT revela-se uma empresa operacionalmente rentável, o que também se apresenta como cenário técnico e econômico-financeiro para os próximos anos.

Das análises técnicas, econômicas e financeiras a DCELT apresenta-se como uma Concessionária de Energia Elétrica ajustada à nova realidade brasileira e apta para enfrentar novos desafios.

O êxito que a DCELT vem obtendo em sua busca de adaptação às mudanças constantes na realidade do setor elétrico bem como nas necessidades diárias de



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

seus consumidores num mundo digital, se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial e a dedicação dos seus colaboradores.

Como sempre, agradamos à competência e dedicação de nossos colaboradores, que não medem esforços, com eficiência e capacidade, no desempenho de suas atribuições. Aos nossos consumidores e a todos que nos apoiam e acreditam em nosso trabalho em prol do engrandecimento da Companhia e desta região.

A ADMINISTRAÇÃO

Leandro Parizotto
Diretor

Ana Paula Torres
Diretora

Antonio Claudio Baldissera
Diretor

Wagner Luiz Teles – Contador
CRC 16.365 – CPF: 607.476.769-68



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa equivalentes de caixa	5	8.578	7.150
Contas a receber de clientes	6	24.637	14.383
Impostos e contribuições a recuperar	11	229	33
Estoques		864	772
Serviços pedidos em curso	8	64	61
Adiantamentos a fornecedores		392	234
Exposição Involuntária	9	1.845	1.275
Alienação de bens e direitos		308	894
Ativos financeiros setoriais	30	24.495	2.799
Outros créditos a receber	10	124	126
		<u>61.536</u>	<u>27.728</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	20	35.550	34.305
Impostos e contribuições a recuperar	11	30	53
Imposto de renda e contr. social diferidos	26	2.218	1.877
Ativo financeiro da concessão	12	4.006	3.346
Ativos Financeiros Setoriais	30	13.549	-
Intangível	13	25.148	22.919
		<u>80.501</u>	<u>62.500</u>
Total do ativo		<u><u>142.037</u></u>	<u><u>90.228</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	15.364	14.739
Empréstimos e financiamentos	16	248	248
Folha de pagamento		566	545
Impostos e contribuições a recolher	17	18.707	8.693
Dividendos e JSCP		117	86
Obrigações Estimadas	19	2.357	2.028
Encargos do Consumidor	18	9.539	6.076
Passivos financeiros setoriais	30	21.993	2.406
Outras contas a pagar	21	2.366	876
		<u>71.257</u>	<u>35.697</u>
Não circulante			
Fornecedores	15	35.434	-
Empréstimos e financiamentos	16	196	432
Provisão processos cíveis, fiscais e trabalhistas	20	4.188	38.841
Passivos Financeiros Setoriais	30	14.470	-
Imposto de renda e contrib. social diferidos	26	1.362	1.138
Outras contas a pagar	21	24	28
		<u>55.674</u>	<u>40.439</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	22	6.388	6.388
Reservas de lucros	22	1.743	1.743
Recursos destinados a Aumento de Capital	22	-	229
Lucros acumulados		6.975	5.732
		<u>15.106</u>	<u>14.092</u>
Total do passivo		<u><u>142.037</u></u>	<u><u>90.228</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto pelo lucro por quota)

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	23	128.120	103.271
Custos/Despesas Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	24	(64.392)	(43.200)
Encargo uso sistema transmissão e distribuição	24	(40.528)	(37.411)
Pessoal	24	(14.233)	(13.935)
Material	24	(1.082)	(1.045)
Serviços de terceiros	24	(3.369)	(2.979)
Depreciação e amortização	24	(1.433)	(1.440)
Arrendamentos e alugueis	24	(731)	(736)
Outros	24	(2.290)	(1.569)
		<u>(128.028)</u>	<u>(102.315)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>62</u>	<u>956</u>
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	25	(1.507)	(740)
Receitas financeiras	25	2.570	1.452
		<u>1.063</u>	<u>712</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>1.125</u>	<u>1.668</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	-	(481)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	117	(148)
		<u>117</u>	<u>(629)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>1.242</u></u>	<u><u>1.039</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

ITENS	Capital social	Reservas de lucros	Recursos Dest. Aum. Capital	Lucros (prej.) acumulados	Total do Patr.Líquido
31/12/2019	6.388	1.744	2.769	4.693	15.594
Recursos Dest. Aumento Capital	-	-	-2.541	-	-2.541
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.039	1.039
31/12/2020	6.388	1.744	228	5.732	14.092
Recursos Dest. a Aumento Capital	-	-	-228	-	-228
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.242	1.242
31/12/2021	6.388	1.744	-	6.974	15.106

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.

Demonstração dos Fluxos de caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.242	1.040
Ajuste por:	3.335	1.638
Depreciação/Amortização	3.335	1.638
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	4.577	2.678
(Aumento) redução no ativo	(53.873)	8.409
Contas a receber de clientes líquido	(10.254)	(1.917)
Contas a receber de clientes	(10.386)	(1.945)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	132	27
Impostos e contribuições a recuperar	(172)	(14)
Estoques	(92)	(148)
Serviços pedidos em curso	(3)	1.237
Adiantamento a fornecedores	(159)	(221)
Exposição involuntária	(570)	(1)
Alienação de bens e direitos	586	3.056
Outros créditos a receber	2	8
Ativos financeiros setoriais	(34.245)	6.684
Depósitos judiciais	(1.245)	(1.016)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(341)	55
Atividades de investimento	(3.994)	(1.911)
Investimentos	(4.538)	(2.380)
Aquisição de bens e direitos	(659)	(273)
Baixa de bens e direitos	1.203	742
Aumento (redução) no passivo	50.500	(5.169)
Fornecedores	625	5.698
Folha de pagamento	21	(8)
Impostos e contribuições a recolher	10.013	(4.855)
Obrigações estimadas	329	287
Encargos do consumidor	3.462	1.517
Passivos financeiros setoriais	34.057	(6.614)
Outras contas a pagar	36.921	69
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(34.653)	1.464
Dividendos	18	0
Juros sobre capital próprio	13	0
Obrigações especiais	0	0
Obrigações especiais	1.775	0
Amortização das obrigações especiais	(1.775)	0
Atividades de financiamentos	(463)	(2.821)
Ingresso (amortização) empréstimos e financiamentos	(253)	(325)
Atualizações monetárias sobre empréstimos	18	46
Aumento de capital	(228)	(2.541)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.428	5.918
Caixa e equivalentes de caixa	1.428	5.918



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Valor Adicionado a Distribuir	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Receitas	184.369	246%	150.877	230%
Vlr Adicionado Receb. em Transf.	2.570	3%	1.452	2%
Insumos Adquiridos de Terceiros	-110.600	-148%	-85.267	-130%
Depreciação	-1.434	-2%	-1.440	-2%
	74.906	100%	65.622	100%

Distribuição do Valor Adicionado	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Pessoal	14.233	19%	13.936	21%
Governo	57.193	76%	49.172	75%
Terceiros	2.238	3%	1.475	2%
Sócios	1.242	2%	1.039	2%
	74.906	100%	65.622	100%



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto onde indicado outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda, é uma Concessionária de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo como sua área de concessão legal de 1.252 Km², atendendo 39.281 consumidores em 9 municípios sendo Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios e Bom Jesus, e parte dos Municípios de Cordilheira Alta, Abelardo Luz e Ipuacú (Parte conforme Resolução ANEEL 88/1999), todos na Região Oeste, do Estado de Santa Catarina, tendo sua sede no Município de Xanxerê e com escritório regional no município de Xaxim e escritórios itinerantes nos municípios Bom Jesus, Marema, Entre Rios e Lajeado Grande, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A Companhia tem sócios controladores, entre eles, a Netherinvest Participações Ltda., empresa com sede em São Paulo no Estado de São Paulo que tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente no setor de energia elétrica e também outros setores.

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Dcelt tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 050/1999, firmado em 28 de junho de 1999 entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e a Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da concessão de que esta é titular.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL <http://www.aneel.gov.br>:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Nº do contrato - 050/1999	Origem - Aneel	UF - SC
Vigente até - 07/07/2045		
Concessionária - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. - DCELT (Denominação anterior: Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. - Iguazu Energia)		
Documentos - Contrato de Concessão Primeiro Termo Aditivo Segundo Termo Aditivo Terceiro Termo Aditivo Quarto Termo Aditivo Quinto Termo Aditivo		

3. Base de apresentação

3.1 Declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

A emissão das Demonstrações Contábeis Societárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de abril de 2022.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis societárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Societárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Societárias.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perdas esperadas

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas está descrito na nota 7.

4. Principais Políticas contábeis

4.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas quando houver necessidade. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

4.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e

somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

4.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.7. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 6).

Provisão para perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de suas 'contas a receber' (nota 7).

4.8. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição.

4.9. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua

recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores (nota 12).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, essa a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2021, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.10. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar

pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

- **Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.12. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente

ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.14. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.15. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

A Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Outras Contas a Receber e/ou a Pagar, em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

4.16. Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em nossas Demonstrações Contábeis Societárias, a Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia elétrica Ltda., não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

4.17. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda., conforme requerido pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis Societárias e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.18. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases

consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	8.578	7.150
	<u>8.578</u>	<u>7.150</u>

Os saldos de equivalentes de caixa correspondem ao numerário em trânsito.

6. Contas a Receber de Clientes

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber de consumidores faturad.	14.295	10.876
Contas a receber de consumidores não fatur	3.537	2.532
Outras	7.038	1.047
	<u>24.870</u>	<u>14.455</u>
Perdas Estim p/Créditos de Liquid. Duvid.	(511)	(394)
Rendas a receber	278	322
Total de conta a receber de clientes	<u>24.637</u>	<u>14.383</u>

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Na rubrica "Outras", está somado o valor de R\$ 2.241 que se refere a ação de cobrança de diferença de tarifa conforme Processo Nº 080.05.001460-9/0001174-91.2019.8.24.0080, já transitado/julgado, aguardando somente o cálculo para cumprimento de sentença com penhora de bens, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de atualização monetária pelo IGP-M, juros de 1% pro rata e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma por idade de vencimento:

Classe do consumidor	2021			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Total 2020
Residencial	3.880	1.081	199	5.160
Industrial	1.961	260	181	2.402
Comércio, Serv.e Outras Ativid.	2.805	385	81	3.271
Rural	1.668	504	130	2.302
Poder Público	375	14	10	399
Iluminação Pública	423	-	-	423
Serviço Público	337	-	-	337
Subtotal	11.449	2.244	601	14.294
Fornecimento não faturado	3.537	-	-	3.537
Serviço Taxado	-	42	11	53
Outras	154	158	18	330
Encargo Uso da Rede Elétrica	2.042	-	-	2.042
	17.182	2.444	630	20.256

Classe do consumidor	2020			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Total 2020
Residencial	3.035	740	140	3.915
Industrial	1.697	56	150	1.903
Comércio, Serv.e Outras Ativid.	2.294	190	66	2.550
Rural	1.261	307	83	1.651
Poder Público	230	15	1	246
Iluminação Pública	377	-	-	377
Serviço Público	234	-	-	234
Subtotal	9.128	1.308	440	10.876
Fornecimento não faturado	2.532	-	-	2.532
Serviço Taxado	-	47	10	57
Outras	769	156	11	936
Encargo Uso da Rede Elétrica	54	-	-	54
	12.483	1.511	461	14.455

7. Provisão para Perdas Esperadas (PELCD)

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

	2021			2021
	2020	Provisões Adições	(Reversão)	
Contas a receber de consumidores faturados	394	5.424	(5.293)	525
Total circulante	394	5.424	(5.293)	525

	2020			2020
	2019	Provisões Adições	(Baixas)	
Contas a receber de consumidores faturados	366	4.492	(4.464)	394
Total circulante	366	4.492	(4.464)	394

	2021				2020	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia	17.831	(500)	17.331	13.408	(375)	13.033
Comercializ. energia-CCEE	2.387	-	2.387	593	-	593
Disponibilidade rede elétrica	2.042	-	2.042	54	-	54
Outros recebíveis	2.888	(10)	2.878	721	(19)	702
Total	25.148	(510)	24.638	14.776	(394)	14.382
Ativo circulante			24.638			14.382

Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição e comercialização de energia elétrica.

A composição das contas a receber de fornecimento de energia por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2021		2020	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	5.160	(200)	3.915	(141)
Industrial	2.402	(149)	1.904	(149)
Comercial	3.271	(85)	2.550	(52)
Rural	2.302	(66)	1.650	(32)
Poderes públicos	399	(1)	246	(1)
Iluminação pública	423	-	377	-
Serviços públicos	337	-	234	-
Não faturado	3.537	-	2.532	-
Total	17.831	(501)	13.408	(375)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2021		2020	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de crédito: esperadas
A vencer	14.985	(421)	11.659	(262)
Saldos vencidos:				
90 dias	2.244	(63)	1.309	(14)
Entre 91 e 180 dias	149	(4)	67	(42)
Entre 181 e 360 dias	92	(3)	99	(8)
Acima de 361 dias	361	(10)	274	(49)
Total	17.831	(501)	13.408	(375)

No exercício de 2021, os saldos vencidos aumentaram em R\$ 4.297 (R\$ 126 da baixa líquida efetiva dos recebíveis incobráveis). Os reflexos são reconhecidos na perda de crédito esperada demonstrada no quadro abaixo:

Variação das perdas de créditos esperadas - PCE

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(394)	(366)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(19)	(46)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	20	18
Saldo final do exercício	(393)	(394)

Em 31 de dezembro de 2021, as Perdas de Crédito Esperada - PCE, totalizaram R\$ 19 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2020).

Políticas contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A companhia mensura as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes de curto prazo por meio de utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos e compreende resumidamente em:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Consumidores residenciais – Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais – Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros – vencidos há mais 360 dias.

8. Serviços pedidos em curso

O saldo de R\$ 64 (R\$ 61 em 31/12/2020) refere-se aos valores do projeto em andamento do Programa de Eficiência Energética – PEE Campanha Consumo Consciente e que assim que concluído será compensado com valores registrados no passivo, e Ordens em Curso de Manutenção de Redes Elétrica.

9. Subvenção CDE

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 1.845 (R\$ 1.275 em 31/12/2020) compreende aos Créditos CDE a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ANEEL homologa o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, considerando o que determina a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

10. Outros créditos a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subvenção baixa renda	42	58
Despesas Pagas Antecipadamente	19	23
Desativações em Curso	63	45
	<u>124</u>	<u>126</u>

11. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
ICMS (a)	31	30	33	53
Imposto de Renda	139	-	-	-
Contribuição Social	56	-	-	-
Outros	3	-	-	-
	<u>229</u>	<u>30</u>	<u>33</u>	<u>53</u>

- (a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado à razão de 1/48 (um quarenta e oito avos), de acordo com o Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

12. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito

incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada a taxa de 8,09% por meio do denominado WACC regulatório (líquido de impostos), que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	2021			
	2020	Adições	Baixas	2021
Ativo financeiro	3.346	660	-	4.006
Intangível	22.919	174.039	(171.810)	25.148
Total	26.265	174.699	(171.810)	29.154

	2020			
	2019	Adições	Baixas	2020
Ativo financeiro	3.073	273	-	3.346
Intangível	25.515	6.388	(8.984)	22.919
Total	28.588	6.661	(8.984)	26.265

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

(b) Obrigações Especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na Resolução ANEEL 414/2010, com suas alterações posteriores e que constam na página da ANEEL de forma compilada.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante da Contabilidade Regulatória, estão apresentadas na Contabilidade societária como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

13. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

2021					
Taxas anuais médias ponderadas amortização (%)		Custo	Amortização	Transf.P/Ativo Financeiro	Valor líquido
Em serviço	4,23%	19.703	-8.394	10.364	21.673
Em curso	-	3.216	-	259	3.475
		22.919	-8.394	10.623	25.148

2020					
Taxas anuais médias ponderadas amortização (%)		Custo	Amortização	Transf.P/Ativo Financeiro	Valor líquido
Em serviço	4,23%	23.395	-6.675	2.983	19.703
Em curso	-	2.121	-	1.095	3.216
		25.516	-6.675	4.078	22.919

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até julho de 2045, conforme ICPC01. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

2021						
Saldo Inicial 2020		Adições	Baixas	Amortiza	Transfere	2021
Em Serviço	66.516	122.957	-112.593	-	-	76.880
(-) Amortização	-46.812	-37.294	28.900	-	-	-55.206
Total em serv.	19.704	85.663	-83.693	-	-	21.674
Em curso	3.215	22.119	-21.859	-	-	3.475
TOTAL	22.919	107.782	-105.552	-	-	25.149

2020						
Saldo Inicial 2019		Adições	Baixas	Amortiza	Transfere	2020
Em Serviço	68.600	-44.015	-46.400	-	-	66.516
(-) Amortização	-45.206	-3.357	1.751	-	-	-46.812
Total em serv.	23.395	40.658	-44.349	-	-	19.704
Em curso	2.121	13.315	-12.221	-	-	3.215
TOTAL	25.515	53.973	-56.570	-	-	22.919

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até o fim do novo prazo de concessão, ou seja, até 7 de julho de 2045, conforme ICPC01

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.
- (b) As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

ITEM	2021	2020
Obras em andamento	1.411	1.591
Materiais em depósito	2.064	1.624
TOTAL	3.475	3.215

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14. Partes relacionadas e Garantias das partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado do período.

As transações entre a Companhia e seus sócios controladores referem-se exclusivamente a avais, em operações usuais de financiamentos com instituições financeiras.

Conseqüentemente, não causam nenhum efeito sobre o resultado e a posição financeira da empresa.

A Companhia tem seus avalistas, os sócios controladores e/ou seus diretores, em montante do passivo para os contratos de financiamento abaixo listados:

Instituição	Posição 31/12/2021	% do aval	Início	Término	Avalistas
Banco do Brasil	278	100	dez/13	set/24	Netherinvest Participações Ltda e Joaquim Salles Leite Filho
Total	278				

15. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.739	2.433
Celesc Distribuição S/A (a)	3.634	7.480
Celesc Distribuição S/A (b)	35.434	-
Focus Energia Ltda	4.088	3.900
Materiais	82	74
Serviços	203	168
Materiais e Serviços de imobilizado	528	684
Mercado de Curto Prazo	4.090	-
	<u>50.798</u>	<u>14.739</u>

- (a) - O valor de R\$ 3.634 refere-se ao Contrato de Uso do Sistema de Distribuição com a Celesc S/A, competências novembro/2021 (parte) e mês de dezembro/2021.
- (b) - O valor de R\$ 35.434 refere-se a despesa já reconhecida e contabilizada em seu período de competência, da Celesc S/A processo nº 080.08.00414-8/000, restando somente decisão final da mesma para finalização do pagamento da referida obrigação através de depósito judicial já efetuado.

16. Empréstimos e financiamentos

OPERAÇÃO	2021	2020
FINAME	278	403
Outras operações	167	277
TOTAL	445	680
Parcela de circulante	248	248
Parcela de não circulante	197	432

16.1 Composição e condições pactuadas

Instituições financeiras / credores*	Captação	% - Juros	Índice correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
CCB	441	0,36% am	CDI	248	122	152
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	197	126	45
TOTAL				445	248	197

Instituições financeiras / credores*	Captação	% - Juros	Índice correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
CCB	441	0,36% am	CDI	248	122	126
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	432	155	277
TOTAL				680	277	403

*valores em moeda nacional

16.2. Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (líquido dos custos a amortizar):

Instituições financeiras / credores	B.N.D.E.S.	Luz p/todos	FINAME/CCB	TOTAL
Saldo inicial - 31/12/2019	18	8	933	959
Ingressos	-	-	-	-
Encargos	-	-	46	46
Baixas de principal	-13	-8	-248	-269
Baixas de juros	-5	-	-51	-56
Saldo final - 31/12/2020	-	-	680	680
Ingressos	-	-	-	-
Encargos	-	-	66	66
Baixas de principal	-	-	-238	-238
Baixas de juros	-	-	-63	-63
Saldo final 31/12/2021	-	-	445	445

16.3. Composição da parcela do não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos (em R\$ mil):

Ano	Finame	Outras operações	Total
2022	64	45	109
2023	64	-	64
2024	24	-	24
TOTAL	152	45	197

16.4. Garantias

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem como garantia os próprios bens, cessão fiduciária de recebíveis e aval dos sócios quotistas controladores.

17. Impostos e contribuições a recolher circulante e não circulante

Circulante	2021	2020
ICMS	17.935	7.623
INSS	254	251
FGTS	103	100
Programa de Integração Social – PIS	70	105
Contribuição Financ. da Segur. Social – COFINS	323	484
Contribuição Social s/ Lucro Líquido – CSLL	-	27
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	92
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF 3ºs	12	7
Imposto Sobre Serviço – ISS	10	4
	<u>18.707</u>	<u>8.693</u>

18. Encargos do consumidor a recolher

	2021	2020
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	949	1.658
Fundo Nac.Desenv. Científico e Tecnológ. -FNDCT	43	26
Ministério de Minas e Energia – MME	24	13
Programa de Pesquisa e Desenvolv. – P&D (a)	1.209	1.019
Programa de Eficiência Energética – PEE (a)	2.829	2.498
Programa de Eficiência Energética – PROCEL	180	152
Bandeiras Tarifárias	4.305	710
	<u>9.539</u>	<u>6.076</u>

- (a) Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética e pela Medida Provisória 998 de 1º de setembro de 2020. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

19. Obrigações estimadas

O valor de R\$ 2.357 (R\$ 2.028 em 31/12/2020), refere-se à provisão de férias, vencidas e a vencer proporcionais, exigíveis na data do balanço, e seus respectivos encargos sociais sobre as provisões, devidos pela Companhia.

20. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

a) A composição da provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

Processos judiciais	31/12/2021			31/12/2020		
	Passivo	Ativo	Provisão líquida	Passivo	Ativo	Provisão líquida
	Valor da provisão	Depósitos Judiciais		Valor da provisão	Depósitos judiciais	
Celesc	-	35.433	-	34.301	34.301	-
Cemid	2.200	-	2.200	2.200	-	2.200
Cíveis	1.988	73	1.915	2.191	4	2.187
Trabalhistas	-	44	44	150	-	150
Não circulante	4.188	35.550	4.159	38.842	34.305	4.537

b) A movimentação dos processos cíveis, trabalhistas e regulatórias:

ITENS	Cíveis	Trabalhistas	Regulatórias
Saldo inicial 31/12/2019	1.516	80	318
Adição	19.408	1.120	-
Reversão	-18.733	-1.050	-318
Saldo final 31/12/2020	2.191	150	-
Adição	21.803	1.712	-
Reversão	-22.006	-1.862	-
Saldo final 31/12/2021	1.988	-	-

Cemid

Refere-se ao Processo Judicial nº 98.60.000872-8, que tramita perante a Vara da Justiça Federal em Chapecó, SC, no qual se discute o valor das redes de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Mista de Desenvolvimento Regional, Ltda. - CEMID, encampada através da Resolução ANEEL nº 155, de 12.05.98. O referido processo encontra-se no Tribunal Regional da 4ª Região aguardando julgamento.

Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

21. Outras contas a pagar

	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contrib. de iluminação pública	321	-	318	-
Ajustes de faturamento	196	-	120	-
Suprimento – Micro geração	1.678	-	1	-
Multas do ICMS parcelado	-	-	13	-
Aluguéis	61	-	66	-
Contribuições financeiras	14	-	15	-
Juros do ICMS parcelado	-	-	35	-
Retenção de quotas da RGR	5	24	5	28
Indenizações Trabalhistas	10	-	229	-
Taxa de Fiscalização	9	-	8	-
Outros	72	-	66	-
	2.366	24	876	28

Contribuições financeiras - cobradas nas contas de energia elétrica, que de acordo com os contratos firmados serão repassados a diversas entidades.

Ajustes de faturamento - é composto de pagamentos efetuados em duplicidade, compensação de DIC/FIC, DIC/FIC/DMIC, etc., os quais são repassados aos consumidores através do faturamento.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Outros – O valor de R\$ 72 (R\$ 66 em 2020) refere-se a despesa reconhecida e contabilizada em seu período de competência, referente a diferenças de tarifa de suprimento.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.388 (R\$ 6.388 em 31 de dezembro de 2020), representado por 25.966 quotas, cuja composição por quotista é a seguinte:

<u>Quotistas</u>	<u>Quotas</u>	<u>%</u>
Netherinvest Participações Ltda.	23.752	91,47%
Outros	2.214	8,53%
	<u>25.966</u>	<u>100,00%</u>

b) Reserva de Lucros

A reserva apresentada refere-se a decisão em ATA da AGO/AGE datada de 14/09/2005, devido a Lei 10.848 de 15/04/2014 que determinava a segregação da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica, que resultou na redução do Capital Social com quotas que se encontravam em tesouraria. A referida segregação de atividade foi homologada através da Resolução Homologatória nº 1034 de 27/07/2010. A reserva de Lucros poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

c) Realização Efeitos Adoção IRFS/Novos CPCs

Remensuração dos efeitos dos impostos diferidos calculados sobre ativo financeiro da concessão.

23. Receita operacional

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecimento de energia	158.580	128.172
Outras receitas (b)	26.647	23.497
	<u>185.227</u>	<u>151.669</u>
<u>Receita de construção</u>		
Receita de construção (a)	8.907	7.595
	<u>8.907</u>	<u>7.595</u>
<u>Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
Imposto s/circul.de mercad. e serviços – ICMS	(34.214)	(29.762)
Programa de integração social – PIS	(2.633)	(2.603)
Contrib.p/ financ. da segurid. social – COFINS	(12.126)	(11.991)
Imposto sobre serviços – ISS	(10)	(10)
<u>Encargos regulamentares da concessão</u>		
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(220)	(236)
Programa de eficiência energética –PEE	(632)	(508)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(5.992)	(6.720)
Taxa Fiscaliz. dos Serv. Energia Elétr– TFSEE	(106)	(100)
Fundo nac. de desenv. Cientif. e tec.–FNDCT	(275)	(182)
Ministério de Minas e Energia – MME	(137)	(91)
Bandeiras Tarifárias	(13.899)	(395)
Demais Ativos e Pas. Financ.-Neutralidade	13.137	4.200
	<u>(57.107)</u>	<u>(48.398)</u>
<u>Custo de construção</u>		
Custo de construção (a)	(8.907)	(7.595)
	<u>(8.907)</u>	<u>(7.595)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>128.120</u></u>	<u><u>103.271</u></u>

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas quando houver necessidade. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

- (b) Os saldos de Outras Receitas são compostos por:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviço Taxado	338	311
Serviços de administração, faturamento e arrecadação de convênios e serviços solicitados pelo consumidor	25	556
EUSD – Consumidores Livres	24.463	21.329
Aluguel de postes	1.632	979
Subvenções vincul. ao serv.conced.-Bx Renda	239	322
	<u>26.697</u>	<u>23.497</u>

No Exercício de 2021 e 2020, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

ITENS	Nº consumidores		MWh		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	28.799	28.032	67.750	66.097	36.522	31.300
Industrial	1.494	1.275	28.129	30.103	33.343	24.986
Comercial	4.482	4.354	41.023	41.545	21.287	19.209
Rural	4.772	4.718	39.356	38.531	18.331	14.638
Poder Público	416	405	4.411	4.092	2.477	2.021
Iluminação Pública	7	7	9.598	9.591	3.148	2.540
Serviço Público	53	46	4.520	4.297	2.021	1.593
(-) Excesso demanda	-	-	-	-	-295	-3.694
Subtotal	40.023	38.837	194.787	194.256	116.834	92.593
ICMS Faturado	-	-	-	-	34.214	29.762
PIS	-	-	-	-	2.633	2.603
COFINS	-	-	-	-	12.125	11.991
Fornec. Não faturado	-	-	-	-	-1.071	-50
TOTAL	40.023	38.837	194.787	194.256	164.735	136.899



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

24. Custos do serviço e despesas operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica comprada para revenda (e)	64.392	43.200
Encargo de uso do sist. de transm. e distrib.	40.528	37.411
Pessoal (a)	14.233	13.935
Material (b)	1.082	1.045
Serviços de terceiros (c)	3.369	2.979
Depreciação e amortização	1.433	1.440
Arrendamentos e aluguéis (d)	731	736
Outros (f)	2.290	1.569
	<u>128.058</u>	<u>102.315</u>
a) Pessoal		
	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações	11.306	11.145
Encargos sociais	4.005	3.819
Auxílio alimentação	375	347
Convênio assistencial e outros benefícios	647	560
(-) Transferências p/ imobilizações em curso	(2.100)	(1.936)
	<u>14.233</u>	<u>13.935</u>
b) Materiais		
	31/12/2021	31/12/2020
Manutenção do Sist. Elétrico e Equipamentos	750	735
Reparos, limpeza e uniformes e ferramentas	54	52
Peças, Acessórios e Combustível p/ Veículos	473	323
Material de Expediente	69	77
(-) Transferências para Contas Patrimoniais	(264)	(142)
	<u>1.082</u>	<u>1.045</u>
c) Serviços de terceiros		
	31/12/2021	31/12/2020
Consultoria e auditoria	511	245
Manutenção do sist. elétrico e equipamentos	434	537
Limpeza, conserv. de prédios e segurança	39	45
Conserto e conservação de veículos	102	96
Processamento de dados	767	738
Comunicação, correios, reprogr.e publicid.	462	480
Fretes, passagens, hosped. e alimentação	51	16
Progr. de cont. médico da saúde ocupacional	47	26
Formação profissional de empregados	9	2
Honorários advocatícios	1.009	832
(-) Transferências para contas patrimoniais	(62)	(38)
	<u>3.369</u>	<u>2.979</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

d) Arrendamentos e aluguéis

Valor de R\$ 711 em 2021 (R\$ 736 em 2020) compreende ao contrato de locação com a empresa Dimetal Distribuidora de Produtos Metalúrgicos Ltda., de imóveis urbanos situados na cidade de Xanxerê - SC, com prazo de 36 meses a partir de 01/12/2018, reajustados pelo IGPM, com anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 876 de 26/03/2013.

Valor de R\$ 20 em 2021 compreende ao contrato de aluguel e gestão de frotas, firmado para locação de veículos com a empresa Localiza Fleet S/A assinado em maio de 2021. A vigência se dará por cada locação de veículo, individualmente, que será por 2 anos cada locação, podendo ter sua vigência prorrogada por meio de Termo Aditivo Contratual.

Os valores contratados serão corrigidos monetariamente, individualmente para cada carro efetivo, a cada 12 meses, contados do início de sua cobrança, considerando a variação positiva do IPCA-IBGE.

e) Energia elétrica comprada para revenda

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, está sendo somado junto com a energia elétrica comprada para revenda, de acordo com o que determina o Ofício Circular Nº 2.775/2008-SFF/ANEEL de 24/12/2008.

	MWh (valores não auditados*)		Uso do sistema de distribuição			
	31/12/2021	31/12/2020	CUSD - 2021		CUSD - 2020	
			Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta
Celesc Dist. S/A	-	-	582.840	610.413	606.881	654.488
Focus Energ. Lt.	158.776	149.040	-	-	-	-
ITAIPÚ	44.128	43.905	-	-	-	-
PROINFA	4.487	4.464	-	-	-	-
Outras Fontes de Energia	42.786	52.744	-	-	-	-
Total	250.177	250.153	582.840	610.413	606.881	654.488

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

f) Outras despesas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Seguros	13	17
Tributos/ contrib. Munic. Estad. e Federais e taxas	114	89
Doações, contribuições e subvenções	29	28
Provisão estimada p/ créditos de liquid. duvid.	132	27
Recuperação de desp. e recup. de materiais de manut. Aplic. na rede de distrib. de energia (a)	(172)	(140)
Provisão para causas cíveis	(352)	427
Consumo próprio de energia elétrica	61	46
Assinaturas de livros, revistas e inform. fiscais	3	2
Pesquisa da satisfação do consumidor	22	-
Danos elétricos pagos aos consumidores	755	290
Conselho de Consumidores	37	7
Desativação de redes	1.281	483
Outras despesas	367	293
	<u>2.290</u>	<u>1.569</u>

(a) Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia, que não constitui uma Unidade de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Portaria DNAEE n.º 815 de 30 de novembro de 1994.

25. Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Acréscimo moratório de venda de energia	2.096	828
Variações monetárias	112	676
Outras receitas	(41)	(53)
	<u>2.167</u>	<u>1.451</u>
Variações monetárias	(7)	(93)
Encargos de dívidas	(1)	(1)
Juros passivos	(989)	(453)
Total	<u>(997)</u>	<u>(547)</u>
Variação Cambial – Receita	(362)	(552)
Variação Cambial - Despesa	255	360
Total	<u>(107)</u>	<u>(192)</u>
Total Líquido	<u>1.063</u>	<u>712</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

26. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a) Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo não circulante	2.218	1.877
Passivo não circulante	(1.362)	(1.138)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável:

	<u>Balanco Patrimonial</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para processos judiciais e outros	1.385	1.542	1.385	1.542
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	178	134	178	134
Prejuízo fiscal/base de cálculo negativa	655	201	655	201
Atualização Ativo Financeiro da Concessão	(1.362)	(1.138)	(1.362)	(1.138)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	856	739	856	739



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

<u>Ano</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	592	555
2022	682	621
2023	(680)	(517)
2024	131	40
2025	131	40
	<u>856</u>	<u>739</u>

A Companhia submeteu para aprovação o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
IMPOSTOS CORRENTES				
Lucro (prejuízo) antes IRPJ/CSLL	1.466	1.466	1.669	1.669
Adições/Exclusões:	<u>2.373</u>	<u>2.373</u>	<u>-183</u>	<u>-183</u>
_ Provisão para contingências	-352	-352	427	427
_ Prov.estim. p/crédito de liquid.duv.	132	132	27	27
_ Compensação Prejuízo Fiscal	-	-	-637	-
_ Outras Exclusões	2.593	2.593	-	-
_ Compensação Base Negativa	-	-	-	-637
Base de Cálculo	3.839	3.839	1.486	1.486
Alíq.Fiscal 15% p/IRPJ e 9% p/CSLL	-	-	223	134
Adic.10% s/ultrap. 240.000,00	-	-	124	-
Impostos Correntes Devidos	-	-	347	134
Total provisão corrente registrada				
IMPOSTOS DIFERIDOS	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Ativo Fiscal Diferido	-116	-116	-34.305	-34.305
Ativo Financeiro da Concessão	-659	-659	-273	-273
Passivo Fiscal Diferido	4.714	4.714	39.235	39.235
Prejuízo Fiscal (Parte B do LALUR)	1.622	-	286	-
Base negativa da CSLL	-	2.772	-	1.436
	<u>5.561</u>	<u>6.711</u>	<u>4.943</u>	<u>6.093</u>
Impostos Diferidos Devidos	1.391	604	1.235	548
Impostos Dif. no Exercício Anterior	-1.304	-573	-1.344	-587
Provisão Diferida Registrada	86	31	-109	-39
		117		-148



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

A forma de apuração de cálculo dos tributos dos anos de 2021 e 2020 foi pelo lucro real estimativa.

27. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio. O critério de avaliação é pelo valor justo e por meio do resultado:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	8.578	8.578	7.150	7.150
Contas a receber de clientes	25.634	25.634	14.383	14.383
Depósitos judiciais	35.550	35.550	34.305	34.305
Ativo financeiro da concessão	(43.533)	(43.533)	(28.358)	(28.358)
	<u>26.229</u>	<u>26.229</u>	<u>27.480</u>	<u>27.480</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	15.364	15.364	14.739	14.739
Empréstimos e financiamentos	445	445	680	680
	<u>15.809</u>	<u>15.809</u>	<u>15.419</u>	<u>15.419</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

a. Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

b. Valor justo dos ativos financeiros

Os saldos contábeis compreendem aos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e não saldos que apresentem diferenças entre o valor contábil e de mercado dos ativos e passivos:

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A hierarquia de valor justo do ativo financeiro de concessão é 2.
- **Fornecedores** – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

d. Fatores de risco

- **Risco de crédito** – Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** – O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 16. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.
- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

serão renegociados.

- **Risco Cambial** – Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente não há exposição ao câmbio em sua dívida.
- **Risco de vencimento antecipado** – A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que requerem o cumprimento de covenants.
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** – As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia.
- **Risco de Escassez de Energia** – O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, mas não comprometeria o resultado da empresa na mesma proporção.

e. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

<u>Energia Contratada</u>	<u>Vigência</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Após 2025</u>
Focus Energia, ITAIPU, PROINFA, Angra, Outras Cotas	2014 a 2035	250.178	250.178	250.178	250.178	2.397.535
Energia Total Adquirida em 2021			270.488			
Liquidação na CCEE			(20.311)			
Energia Bruta adquirida em 2021			250.177			
MVE – Mecanismo de Vendas Excedentes*			(32.678)			
Energia Líquida Adquirida em 2020			217.499			

*Registro Contrato CCEAL MVE 1678311 – Produto 6ECPF-S vigente de 07/2021 a 12/2021.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCVEE, e foram homologados pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

29. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada	Prêmio Total
Veículos (a)	20/08/2022	100% Fipe	27

(a) 31 veículos próprios segurados, conforme apólices.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

30. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica. A Companhia adota o regime competência para a contabilização dos lançamentos na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais 25 e 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003, respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 15 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Companhia, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Os Ativos e Passivos Regulatórios estão com seus saldos em 31 de dezembro de 2021 apresentados conforme a tabela a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>DELTA</u>	<u>SELIC</u>	<u>DELTA</u>	<u>SELIC</u>
Reajuste tarifário de 2021 em compensação				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.296	-	198	1
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE – COVID	-	-	(377)	-
Progr. incen.fontes alternat.de energia-CVA Proinfa	179	-	-	-
Progr. Incen.fontes alternat.de energia-Proinfa-COVID	132	-	185	-
Custos energia elétrica compr. p/revenda-CVA energ.	2.595	-	781	1
Custos energia elétrica compr. p/revenda – COVID	-	-	(3.393)	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	120	-	20	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binac. – COVID	-	-	(86)	-
Encargo de Serviços do Sistema – CVA ESS	502	-	-	-
Encargo de Serviços do Sistema – ESS – COVID	1.289	-	1.062	-
Transporte de energia pela rede básica	34	-	2	-
Transporte de energia pela rede básica – COVID	-	-	(8)	-
Neutralidade da Parcela B – Covid	4	-	-	-
Sobrecontratação de energia	770	-	-	-
Risco Hidrológico	-	-	566	-
Antecipação da Parcela B – Covid	97	-	-	-
	7.018	-	(1.050)	2
Varição capturada para reajuste tarifário em 2022				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	203	9	178	-
Progr.incen. a fontes alternat. de energia-CVA Proinfa	-	-	49	-
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	-	-	2.413	198
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	76	1	86	-
Transporte de energia pela rede básica	7	-	55	1
Encargo de Uso do Sistema – ESS	4.834	128	-	-
Neutralidade da Parcela A	1.393	-	672	2
Ajuste do CUD	48	-	-	-
Ajuste de Subsídio CDE	-	-	193	-
Diferimento PIS/COFINS na Tarifa	21.532	167	-	-
Outros Ativos Financeiros	2.627	-	-	-
	30.720	305	3.646	201
TOTAL	37.738	305	2.596	203



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

	2021		2020	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Passivo				
Reajuste tarifário de 2021 em compensação				
Conta de desenvolvimento energético – CDE – COVID	588	-	466	-
Custos de energia elétrica comprada p/revenda – COVID	2.722	-	219	-
Progr.de incentivo a fontes alternat.de energia-CVA Proinfa	-	-	55	-
Progr.de inc. a fontes alternat.de energia-Proinfa – COVID	-	-	(55)	-
Transporte de energia elétrica – Itaipú Binacional – COVID	83	-	4	-
Encargo de Serviço do sistema – CVA ESS	-	-	367	1
Encargo de Serviço do sistema – ESS – COVID	-	-	(644)	-
Neutralidade da Parcela A	72	-	86	-
Neutralidade da Parcela A – COVID	-	-	364	-
Neutralidade da Parcela A – RB	36	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	644	-
Sobrecontratação de energia – COVID	-	-	399	-
Antecipação da Parcela B – COVID	-	-	149	-
Ajuste de CUSD	131	-	75	-
Reversão Créditos Rescisão Contr. E Migr. de Consumidores	86	-	-	-
Conselho de Consumidores	151	-	-	-
Risco Hidrológico	2.967	-	-	-
	6.836	-	2.129	1
Varição capturada para reajuste tarifário em 2022				
Conta de Desenvolvimento Energético- CVA CDE	489	18	-	-
Custos de energia elét. comprada p/revenda-CVA energ.	2.676	36	275	1
Sobrecontratação de energia	2.622	37	-	-
Risco Hidrológico	2.201	-	-	-
Diferimento PIS/COFINS na Tarifa	21.465	84	-	-
	29.453	175	275	1
TOTAL	36.289	175	2.404	2

31. Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605 da ANEEL publicada em 11 de março de 2014, a Companhia divulgará as suas Demonstrações Contábeis Regulatórias – “DCR”, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 até 30 de abril de 2022 no seguinte sítio www.dcelt.com.br.

32. Eventos Subsequentes

Em 17 de setembro de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL publicou o Despacho 2.904, no qual instituiu a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que entrará em vigor a partir do exercício de 2022.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Em 31 de agosto de 2021, a Creg emitiu as Resoluções nº 2/2021 e nº 3/2021, instituindo o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica e determinando à ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh.

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Verde para o mês de janeiro de 2022, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Propagação do Novo Coronavírus (Covid-19)

A Companhia continua efetuando análises dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre essas, as demonstrações financeiras.

A emissão das Demonstrações Contábeis Societária foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de abril de 2022.

DIRETORIA EXECUTIVA

Leandro Parizotto
Diretor Presidente

Antonio Claudio Baldissera
Diretor

Ana Paula Torres
Diretora

Wagner Luiz Teles
Contador
CPF 607.476.769-68
CRC 1SC16365



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica



Taticca Auditores Independentes S.S.
Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 375
Sala 51 - Brooklin Novo
04571-020 - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda
Xanxerê - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. (DCELT ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda - DCELT em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis societárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

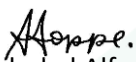


Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de abril de 2022.


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1